

**CIDADE URBANIZADA E O ESPAÇO ESCOLAR DO GYMNASÍO MINEIRO DE
UBERLÂNDIA DE FINS DO SÉCULO XIX A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

The urbanized city and the role of the Minas Gerais Middle School of Uberlandia from the end of the 19th century to the first half of the 20th century

Giseli Cristina do Vale Gatti¹

Geraldo Inácio Filho²

RESUMO

Trata-se da comunicação de resultados de investigação no campo da História da Educação, na temática específica da História das Instituições Escolares, cujo objeto privilegiado foi o Ginásio Mineiro de Uberlândia, em Uberlândia, Minas Gerais, no período de 1929 (época que a instituição foi estadualizada) até 1950 (época em que teve início o processo de massificação do ensino secundário no país). A problemática que anima o presente artigo refere-se à compreensão do papel particular exercido pelo Ginásio Mineiro de Uberlândia no processo mais amplo de modernização que era efetivado na cidade e no país, pelo menos, desde o final do Século XIX, no qual se somam ações concretas de urbanização, criação de estradas de ferro, rodovias, serviços públicos e intensa atividade comercial, além da criação de instituições escolares, sob a liderança de elementos da sociedade civil, das confissões religiosas e do Estado.

Palavras-Chave: Modernização, Urbanização, Escolarização, Ensino Secundário

ABSTRACT

This is a report on the results of investigation in the field of History of Education on the specific theme of History of School Institutions with the object of focus being the Minas Gerais Middle School of Uberlandia (Gymnásio Mineiro de Uberlândia) in Uberlandia, Minas Gerais, Brazil, in the period from 1929 (the time at which the institution was brought under state control) until 1950 (the time at which the process of mass education in secondary school began in the country). The problematic that generated the present article refers to understanding of the particular role exercised by the Minas Gerais Middle School of Uberlandia in the broader process of modernization carried out in the city and throughout the country at least from the end of the 19th Century, which includes concrete actions of urbanization, building of railroads, highways and public services, and intense commercial activity, as well as the creation of school institutions under the leadership of elements of civil society, of religious faiths and of the State.

Keywords: Modernization, Urbanization, Schooling, Secondary School

Introdução

Neste artigo serão abordados cinco temas inter-relacionados. Primeiramente, o exame recai sobre a relação do processo de modernização empreendido na cidade de

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente realiza estágio de pós-doutorado na Universidade Federal de Uberlândia, sob a supervisão do Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: giseli.vale.gatti@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do CNPq. E-mail: gifilho@faced.ufu.br

Uberlândia, por meio da urbanização, do empreendimento ferroviário e rodoviário. Em seguida, ainda no registro do processo de modernização, examina-se o papel tomado pela escolarização na cidade, em especial, por meio do imprevisto e, desde o final do Século XIX, por meio da criação de instituições escolares, sobretudo pela sociedade civil. Uma terceira parte do texto é dedicada especificamente ao exame dos contornos tomados pelo ensino secundário na cidade, em especial, na demonstração das iniciativas que se fizeram, desde o final do Século XIX, até a primeira metade do Século XX. Por fim, na quarta e quinta parte do artigo, a análise está concentrada no processo de criação do Gymnásio de Uberabinha, sua evolução geral e, sobretudo, o edifício que ocupou, desde 1921, ainda como instituição particular, até a atualidade, desde 1929, como instituição pública estadual.

1. Modernização e urbanização em São Pedro de Uberabinha, hoje Uberlândia.

O antigo município de São Pedro de Uberabinha, atual cidade de Uberlândia, está localizado na região do Triângulo Mineiro, e seu crescimento esteve atrelado a sua localização estratégica, como elo ferroviário e rodoviário entre o Sul-Sudeste e o Centro-Oeste-Norte do Brasil.



Figura 1 - Reprodução de mapa da Meso-região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com 66 Municípios agrupados em sete microrregiões: Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia. Fonte: http://www.minas-gerais.net/diretorio/index.php?cat_id=760

Segundo Capri (1916, p. 21-2),

[...] surge a cidade em uma elevação entre o rio Uberabinha, córrego São Pedro e Itajubá pela parte do oeste, sul e norte, respectivamente, pela parte leste, chega a linha férrea. Quem vem de São Paulo pela Mogyanna, avista-a de uma légua de distancia, muito branca e sorridente, lá em baixo, sobresahindo pela sua altura, as torres da matriz. Dirse-ia uma noiva esperando o seu promettido companheiro, que neste caso será o progresso.

Uberlândia está localizada na parte norte da região do Triângulo Mineiro. A cidade, antigamente denominada São Pedro de Uberabinha, foi criada pela Lei n. 602, de 21 de maio de 1852, nos seguintes termos, conforme relata Tito Teixeira (1970, p.24):

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado o Distrito de Paz no lugar denominado São Pedro de Uberabinha, na paróquia e município de Uberaba.

Art. 2º - As divisas do novo distrito serão estabelecidas pelo governo, ouvida a Câmara Municipal respectiva.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dr. José Lopes da Silva Viana - Vice Presidente de Minas Gerais.

A primeira capela foi edificada no ano de 1853 e dedicada a Nossa Senhora do Carmo, tendo como provedor, administrador e zelador o Sr. Felizberto Alves Carrejo, membro de uma das primeiras famílias a chegar a essa localidade.



Figura 2 - Primeira Capela de N. S. do Carmo e São Sebastião, edificada em 1853 e demolida em 1861.
Fonte: ARANTES, 2003.

Uberlândia inicia sua história urbana quando o governo da Província, por meio da Lei n. 3.643, de 31 de agosto de 1888, elevou a antiga Vila de São Pedro de Uberabinha à categoria de cidade e sede da comarca de primeira instância, o que lhe garantia a autonomia judiciária. Assim, o município de São Pedro de Uberabinha foi criado legalmente, em 1888; conforme legislação descrita em Teixeira (1970, p. 24),

Art. único: As freguesias de São Pedro de Uberabinha e Santa Maria ficam elevadas à categoria de Município, desmembradas dos Termos de Uberaba e Monte Alegre, sendo séde na primeira e creado os officios de Justiça. Revogadas as disposições em contrário.

Minas Gerais, 31 de agosto de 1888. Ass. Barão de Camargos - Vice Presidente da Província de Minas Gerais.

Ao tornar-se município autônomo, a cidade passou por uma série de melhorias, e a sua urbanização correu em ritmo acelerado. Entre as melhorias no município, cabe citar, a criação da estrada de ferro, do telégrafo, do cinematógrafo, do Teatro São Pedro e de um sistema de água potável. Nessa época, a área da cidade girava em torno de 1.100 quilômetros quadrados e a sua população estava calculada em torno de 5 mil habitantes (ARANTES, 1938, p.39). Em 13 de novembro de 1891, por meio da Lei n. 11, o distrito foi elevado à categoria de comarca de São Pedro de Uberabinha e, no ano seguinte, em 24 de maio de 1892, pela Lei n. 23, todas as vilas-sedes de comarcas foram elevadas à categoria de cidade. Com a elevação à categoria de cidade, São Pedro de Uberabinha passou a ser conhecida apenas por Uberabinha. Nessa época, a área global da cidade estava em torno de cinco mil quilômetros quadrados, com avenidas, uma rede de ruas bem alinhadas e muito bem tratadas. Possuía ainda praças e logradouros públicos em número de nove, e a população urbana da cidade girava em torno de seis mil habitantes (PEZZUTI, 1922, p.27). No desenvolvimento da cidade de Uberabinha cabe destacar alguns fatos que muito contribuíram para o progresso da mesma, tais como a inauguração da Estação de Estrada de Ferro Mogyana, em 21 de dezembro de 1895.



Figura 3 - Vista Parcial da Estação de Uberabinha da Mogyana. s/d. Fonte: Estação de Uberabinha/MG (Acervo do Museu da Companhia Paulista, em Jundiaí/SP). Disponível em http://www.cmef.com.br/ft_es_ula_v.htm (Acessado em 10/01/2010)

O primeiro jornal da cidade foi lançado em 17 de janeiro de 1897, com o título de *A Reforma*, sob a direção de seu próprio proprietário, Sr. João Luiz da Silva. Em 14 de novembro de 1899, foi inaugurado o primeiro telégrafo da cidade, sob a direção local do telegrafista Luiz M. Nunes Filho. Em 1º de janeiro de 1908, foi empossada a primeira diretoria da Santa Casa de Misericórdia que foi criada por iniciativa do provedor eleito, Custódio da Costa Pereira, auxiliado pelo Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa e Major José Gonçalves Valim Pirai.

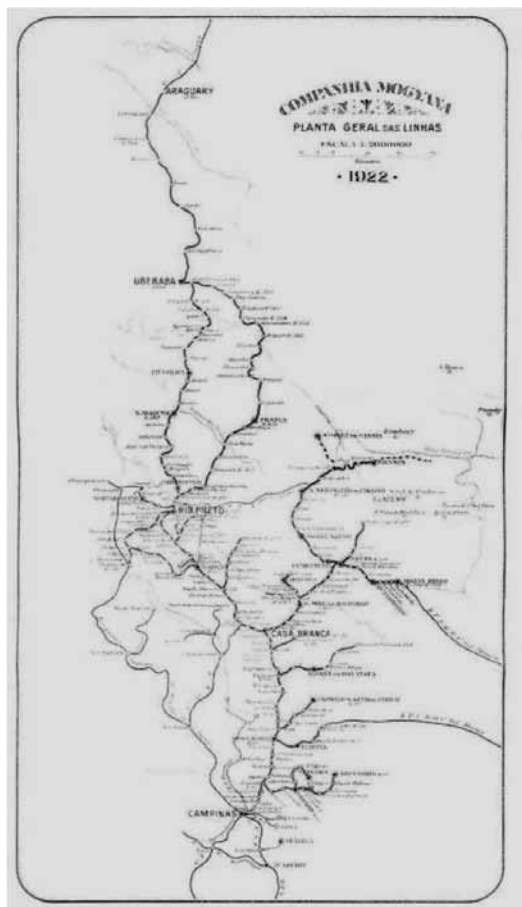


Figura 4 - Planta Geral das Linhas da Companhia Mogiana (1922). **Fonte:** História e imagens da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Disponível em http://www.cmef.com.br/pp_mapa.htm (Acessado em 20/01/2010)

A primeira ponte suspensa da região foi construída sobre o rio Paranaíba, ligando Minas Gerais a Goiás. A Ponte Affonso Penna, de ferro, do tipo pênsil, apoiada por pilastras que sustentam apenas as extremidades. Ela começou a ser construída em 1908, no então povoado de Santa Rita do Paranaíba (atual Itumbiara/GO) e foi inaugurada no dia 15 de novembro de 1909. A estrutura de ferro da Ponte Affonso Penna veio da Alemanha até o Rio de Janeiro de navio, depois seguiu até a atual Uberlândia, de trem e, de lá para a atual Itumbiara, em carro de boi. Não foi montada no local em que se encontra atualmente e sim, alguns metros abaixo no Rio Paranaíba, mas, em 1972, foi transferida para a Vila de Furnas.



Figura 5 - Ponte Affonso Penna, elo rodoviário entre Minas Gerais e Goiás (1909). **Fonte:** <http://www.itumbiara.go.gov.br/fotosantigas/album/iwebalbumfiles/61f01871765a4f878ebdaa0d72ad291d.jpg>

A primeira casa de diversões da cidade foi inaugurada por Custódio da Costa Pereira, em 28 de novembro de 1909, com a denominação de Cine Teatro São Pedro. O serviço de energia elétrica foi inaugurado em 24 de dezembro de 1909, com a denominação de Companhia Força e Luz de Uberabinha.



Figura 6 - Fachada do Theatro São Pedro – s/d. **Fonte:** Acervo CDHIS/UFU.



Figura 7 - Fachada da Companhia Força e Luz de Uberabinha. s/d. **Fonte:** Acervo CDHIS/UFU.

A Empresa Telefônica de Uberabinha foi inaugurada em 29 de novembro de 1910, quando a Câmara Municipal da cidade assinou um contrato de privilégio para exploração das vias telefônicas, durante vinte e cinco anos, tendo como explorador o Sr. Carmindo Coelho. Ainda em 1910, foi inaugurado o primeiro serviço de abastecimento de água potável, obra executada pelo então Presidente e Agente Executivo Municipal, o Major Alexandre Marquez.

Em visita à cidade de Uberabinha, o Presidente do Estado, Dr. Júlio Bueno Brandão, prometeu destinar verbas para a construção do primeiro grupo escolar da cidade, fato ocorrido em 5 de maio de 1911. Em 1º de fevereiro de 1915, foi inaugurado, pelo Prof. Honório Guimarães, o Grupo Escolar Bueno Brandão.



Figura 8 - Fachada do Grupo Escolar Bueno Brandão, inaugurado em 1915. **Fonte:** DANTAS, 2009, p. 139.

A classe dirigente de Uberlândia ansiava pelo progresso e pela modernidade, fruto do novo regime político republicano que clamava também pela ordem. O trecho do “O Progresso” de Uberabinha (1907, p.1) demonstra bem esse idealismo pela ordem e pelo progresso:

Lancemos um olhar despretençioso sobre a vida activa e laboriosa desta ordeira e pacata cidade: O que vimos? O progresso em todas as ramificações da actividade humana manifestar-se em toda a sua iniciativa, sempre com tendencias, com intuitos com perspectiva as mais risonhas e esperançosas para esta rica e florescente zona... Façamos um retrospecto, do movimento economico, financeiro e commercial desta cidade mineira, equiparando a monotomia, de ha 3 anos atraz com a vida activa, como progresso da sua lavoura das suas industrias e do seu commercio, verdadeiro orgulho desta zona; pela honestidade de seus habitantes, do criterio, seriedade desta classe commercial, que faz jus ao conceito e consideração do publico.

Uberabinhenses! Nós, como filho intruso desta terra, não obstante, alimentamos e nutrimos amor por ella...! Desejamos o seu progresso.

Trabalhemos cada um, para o engrandecimento desta cidade, tão ingratamente esquecida pelos poderes publicos! Chamemos para o nosso meio, tudo quanto possa ser util e proveitoso e, vamos com a nossa palavra, com a nossa colaboração digna e desinteressada, trabalhar com ofinco para o progresso desta terra cumprindo assim um dever civico social e patriotico que redundará em nosso proveitoso e bem estar commum de todos os seus habitantes.



Figura 9 - Interior da oficina tipográfica do jornal “Progresso” na cidade de Uberabinha/MG. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Coleção Nelson Coelho de Senna. Autor José Dias Machado. Código: NCS-178. Datação: 1890-1900.

Assim, em função do novo regime político no qual “Ordem e Progresso” era o lema, era preciso investir em escolas, pois elas seriam o instrumento de transformação social. Era preciso civilizar e organizar a cidade de Uberabinha, deixando de lado todo e qualquer resquício que pudesse remeter ao passado. A esse respeito um artigo do jornal “A Tribuna” n. 9, de 1919, trazia as seguintes palavras:

Cada dia que passa as ruas da nossa cidade tomam novo e melhor aspecto. Nos trechos onde a Câmara já fez o abahulamento, sargetas e meo fio, estão sendo feitos os concertos necessários para que possam offerecer melhor transito. Outras ruas recebem agora os primeiros serviços de aparelhamento. E, num crescendo continuo, a cidade toma melhor aspecto. Tudo iria bem e em muito boa harmonia esthctica, se não fosse o desleixo de certos proprietários de casas. É commum ver-se, expalhadas aqui, acolá, restos de materiaes de construcção, detricos varios abandonados á rua;

montes de terra sobre passeios, enfim, uma porção de cousas que dão um aspecto desagradável ás vias publicas. E não é só isso. Muitos passeios estragados, esburacados vêm de há muito, enfeitando as ruas; outros, que nem ainda podem ter aquelle nome, só constam do meio fio desde que Uberabinha viu pela primeira vez abahulamento de ruas. Os vestígios da antiga cidade ainda abundam por ahi. Os muros feios, tortuosos; taipas antiquadas, portões velhos e indecentes, tudo isso vem attestando uma certa falta de gosto do nosso povo e manchando o estado progressista da cidade com seu aspeccto archaico.



Figura 10 - Avenida João Pinheiro, em 1914. **Fonte:** Acervo João Quituba do CDHIS/UFU (JQ0044).



Figura 11 - Avenida João Pinheiro, em 1940. **Fonte:** Acervo João Quituba do CDHIS/UFU (JQ0013).

Era preciso mudar, romper com o passado. Nesse sentido, era necessário traçar um novo modelo de cidade que trouxesse ares de modernidade, progresso e civilidade. Nessa perspectiva, diante de tantas mudanças de caráter político, econômico e social, a escola vem de encontro aos princípios defendidos pela ordem republicana, a difusão da educação popular, pois as escolas podem ser consideradas instrumentos para o estabelecimento da ordem e o progresso da sociedade. Nessa perspectiva Souza (1998, p. 27) enfatiza o seguinte:

[...] a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social. A exigência da alfabetização para a participação política (eleições diretas), tornava a difusão da instrução primária indispensável para a consolidação do regime republicano. Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto de civilização da nação brasileira.

Assim, ganha força um discurso de que a escola torna-se o centro de propagação de conhecimento, cultura e normas de conduta, necessários para o crescimento e expansão da cidade rumo à modernidade. Assim seria a educação o principal o instrumento de formação moral e intelectual de um povo. A esse respeito o jornal “Triângulo Mineiro”, de 1926, faz a seguinte referência a importância da escola:

A escola é o templo em cujo altar Fulgura a deusa da ciência em miniatura, mas coroada por tremeluzente diadema, cujos signos relembram o amor, a paz, a religião e o progresso. A ciência, em sua primeira escala, emana-se qual preciosa lymph, das letras ao alfabeto. Depois, vae-se avolumando, avolumando e recebendo sempre novas fontes, aumenta-se em caudal até precipitar-se pelos despenhadeiros das matemáticas, para em seguida deslizar suave no grande estuário do saber humano. Nesse grande estuário já as letras do alfabeto não passam de meras gotas de orvalho cahindo sobre o manacial tranqüilo de onde evolum-se os vapores dos grandes ideaes, dos pensamentos, havia um trecho de uma linha e das grandes descobertas como sempre acontece, um grande incêndio, que apavora as almas tímidas, tem por origem uma Scentelha ínfima; assim também, esse saber que perscruta os astros nos céus, as maravilhas da terra e as profundezas do solo teve por guia as letras do alfabeto. São ornamentos do saber, o amor, mandamento que deve reger a felicidade na terra.

Em 19 de outubro de 1929, a cidade de Uberabinha recebeu nova denominação, tendo passado a chamar-se Uberlândia. O antigo nome da cidade, São Pedro de Uberabinha, foi dado em homenagem a dois rios que cortavam a cidade, o Ribeirão São Pedro e o Rio Uberabinha. O atual nome Uberlândia vem do latim *Uber* que significa “fértil”, e *land* do germânico que quer dizer “terra, país, cidade”.

2. Modernização, Cidade e Escola no Triângulo Mineiro.

O nascimento do empreendimento de escolarização em massa entre os séculos XVIII e XIX esteve ligado à visão de uma “escola produzida como a instituição capaz não apenas de instruir e educar a infância e a juventude, mas de produzir um país ordeiro, progressista e civilizado” (Faria Filho, 2002, p. 24). Soma-se a isso a permanência da idéia dessa escolarização como um processo associado ao de monopolização dos saberes elementares pelo Estado, como continuidade do processo de civilização, ou seja, de tornar civil o bárbaro (Veiga, 1997).

No final do século XIX, a busca pela urbanização chega ao Brasil com muita força. Em termos nacionais, em especial na região Sudeste do país, esse processo de urbanização ocorre em decorrência do desenvolvimento da indústria que tem início a partir de 1870. Nesse contexto, surge uma nova concepção de cidade, não mais apenas em oposição ao mundo rural, mas trazendo a idéia de um lugar limpo, higienizado e civilizado, livre do caos e construída de maneira planejada, organizada. Ao lado dessa idéia, surge também uma nova concepção de escola com intuito de construir um novo sujeito social, ou seja, um sujeito civilizado, para o qual o processo de escolarização é fundamental.

Nessa perspectiva, a cidade é a peça central para a estruturação do sistema político e administrativo da educação, pois as normas de civilidade são aqui estabelecidas, e a escola é o lugar que ajudará a propagar tais objetivos. A idéia de urbanização está ligada a projetos de sociedade dos grupos sociais com poder político. Portanto, pode-se afirmar que o processo de urbanização está intimamente ligado ao processo de escolarização. Nessa perspectiva, Veiga afirma o seguinte:

Combinar o progresso material com o progresso das mentes produziu aproximações entre as práticas urbanas e as práticas escolares numa dupla direção: as representações da educação presentes tanto nas práticas urbanas como também nas escolares, com os propósitos de constituírem um novo sujeito social a ser educado para as práticas da civilidade (1997, p.104).

Assim, o projeto de urbanização, em consonância com o processo de escolarização, tem por objetivo a busca de uma sociedade moderna e ordeira, porque à medida que esses espaços urbanos são ampliados, é possível perceber que a escola assume um papel importante, pois traz em seu conteúdo, a partir dos currículos, um saber selecionado, atendendo as demandas do Estado. Portanto, uma cidade higienizada, organizada e moderna inclui a escolarização como peça fundamental em seu projeto de sociedade. Nesse sentido, o lugar da escola no tempo da cidade evidencia-se como espaço e tempo entrelaçados por meio de práticas sociais em que se definem e redefinem mutuamente.

Assim, para que haja ordem, é necessário que haja disciplina, e a escola ensina, inculca valores como moral respeito e não apenas conhecimento. Nessa nova ordem que busca realizar um projeto de urbanização e de progresso da sociedade, a escola tem um papel fundamental, pois é ela quem vai disseminar esses novos valores, para construir uma sociedade civilizada, nos termos preconizados pelo grupo que controla o Estado de forma autônoma ou associada.

O Brasil, na tentativa de se recuperar do atraso, buscou inspiração na Europa e nos Estados Unidos, com a meta de colocar em prática projetos de urbanização. Portanto, era necessário dar nova “cara” ao país, era preciso substituir qualquer resquício que lembrasse o período colonial. Assim, a idéia de urbanização pautava-se na construção de edifícios monumentais, de ruas pavimentadas, com projetos de higienização para que houvesse o controle de epidemias, mas acima de tudo, para livrar-se da herança escravagista e do predomínio rural.

Ao mencionar os edifícios monumentais, deve-se incluir o espaço dedicado à escola. Esse espaço, de ensino e conhecimento deveria ocupar lugar central na cidade, pois onde há escola, há progresso. Portanto, a construção de prédios suntuosos, preparados para atender as demandas educacionais, além de dar visibilidade a grupos políticos da época, também dava à cidade características de modernidade. Para Bencosta (2005, p.97), os edifícios específicos para os grupos escolares

[...] tornaram-se preocupação das administrações dos estados que tinham no urbano o espaço privilegiado para sua edificação, em especial nas capitais e cidades prósperas economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que tornasse visível [...].

Para que tal objetivo fosse alcançado fazia-se necessário a construção de edificações planejadas para esse fim. Na atual conjuntura de um regime político republicano em busca da democratização do ensino, não fazia sentido haver espaços improvisados para o ensino. Assim segundo Souza (1998, p.171):

[...] a escola representa as luzes, a vitória da razão sobre a ignorância, um meio de luta contra a monarquia e, conseqüentemente, um instrumento de consolidação do regime republicano.

A partir dos ideais republicanos de modernização e escolarização era necessária, então, a construção de prédios próprios onde se pudessem reunir os alunos em um único espaço. O local a ser escolhido precisava ficar em destaque com excelente localização, demonstrando a sua importância no cenário urbano. Desta maneira, os grupos escolares, responsáveis pela educação elementar, dividiam espaço com prédios públicos no centro da cidade, garantindo que os alunos percorressem e reconhecessem a cidade e suas instituições antes mesmo de chegarem à escola (BUFFA; PINTO, 2002, p. 43).

Para a construção do edifício que abrigaria o grupo escolar, a escolha do terreno era de suma importância, quadras inteiras ou terrenos de esquina eram ideais, pois seria possível visualizar o edifício de qualquer ângulo. A implantação de grupos escolares nas cidades do interior obedecia a critérios que iam desde o número de alunos em idade escolar, passando pelos recursos financeiros disponíveis e, até mesmo, por pressões políticas. Ressalta-se aqui que muitos dos grupos escolares implantados em cidades do interior brasileiro tinham ligação com a malha ferroviária que também era símbolo de modernidade e de expansão da urbanidade.

Em função da nova configuração política, econômica e social, a escola em sua nova concepção precisa atender algumas necessidades, tanto de caráter físico como pedagógico. Nessa perspectiva, o projeto arquitetônico destinado ao estabelecimento escolar, segundo Buffa; Pinto (2002, p.46-7), era baseado em preceitos neoclássicos, evidenciando sempre a conveniência e a economia. Os espaços escolares eram construídos com certa imponência, mas respeitando os princípios de higiene. Portanto, esses edifícios possuíam, nas salas de aula, grandes janelas que permitiam a melhor ventilação do espaço e eram bem iluminadas.

Em face ao novo projeto arquitetônico escolar, era necessário também modernizar o currículo de primeiras letras. Assim disciplinas Aritmética e Geometria, Linguagem, Leitura, Gramática, Escrita, Caligrafia, História e Geografia, Ciências Físicas, Químicas e Naturais, Higiene, Desenho, Ginástica e Trabalhos Manuais compunham um currículo de caráter enciclopédico.

Nessa perspectiva, o regime republicano que buscava a construção da unidade nacional em torno de bens, valores e ideários, precisava investir na educação, uma vez que o Brasil liderava a lista de países com maior índice de analfabetismo, que girava em torno de 75%. Era necessário mudar esse quadro, se o Brasil quisesse figurar entre as grandes nações. Portanto, investir em educação era sem dúvida uma maneira de fazer parte do mundo moderno. Assim, a cultura escolar, disseminada em uma cidade em processo de urbanização e de modernização, discursiva e física, tem a função de deixar patente a superioridade do progresso e da ação humana sobre a natureza.

Em virtude do novo momento político, a escola passa a ter nova configuração espacial que segundo Buffa; Pinto (2002, p.45) advém de uma nova proposta de ensino, por isso mesmo deveria obedecer às determinações dessa nova realidade escolar, com

classes sequenciais, ambiente administrativo, valorização do professor, novas relações entre os alunos. Segundo Castro (2009, p.124), foi no Período Republicano que

[...] a relação educação, instituição-escola e edifício-escola foi configurada, ou seja, não poderia haver ensino sistemático sem uma escola que o abrigasse, e esta necessariamente deveria ter uma sede condizente com a sua função. A estreita associação indicou a importância material e simbólica que o edifício escolar e sua arquitetura adquiriram no processo de instituição e consolidação da rede de escolas públicas, em particular, e no projeto de modernização idealizado pelos republicanos, de uma forma geral. O edifício escolar no limiar do século 20, portanto, passou a representar um projeto político que buscou o desenvolvimento, a ordem e o progresso do país.

Nessa direção, Viñao Frago (1995, p. 69) afirma que o espaço escolar (território, lugar, simbologia) que diz e comunica, é aquele que também educa. Assim, as edificações escolares destinadas aos grupos escolares e aos estabelecimentos secundários de ensino, ganham relevo e monumentalidade, mas não apenas em caráter de obra civil, mas, sobretudo, em caráter de obra espiritual, no sentido de marcar territorialmente valores sociais de um mundo urbano e ordeiro em construção pela iniciativa privada ou pública, ambas com franco apoio do Estado.

Portanto, é possível destacar que o processo de escolarização na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, no Brasil, corresponde a esse espírito geral. Uma vez que a construção da idéia de progresso, em suas principais cidades, esteve pautada nos saberes disseminados em suas mais importantes instituições escolares, com o ensino despontando características de sistema privado até a década de 1940, conforme pode ser percebido nos dados apresentados na **Tabela 1**.

Tabela 1 – Quantitativo de escolas públicas e privadas fundadas na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (39ª e 40ª SRE), por décadas.

DÉCADAS	39ª SRE			40ª SRE			TOTAL GERAL		
	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total	Públicas	Privadas	Total
1880	-	1	1	-	-	-	-	1	1
1890	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1900	-	1	1	1	-	1	1	1	2
1910	3	-	3	1	2	3	4	2	6
1920	2	1	3	2	3	5	4	4	8
1930	-	2	2	-	2	2	-	4	4
1940	16	-	16	3	1	4	19	1	20
1950	18	4	22	9	3	12	27	7	34
TOTAL	39	9	48	16	11	27	55	20	75

Fonte: GATTI JR., Décio e outros. História e Memória Educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel: Pelotas. v. 1, n.2. set. 1997. p. 5-28.

Os projetos de modernização da cidade de Uberabinha estavam alicerçados, simultaneamente, na urbanização e na escolarização, sendo a escola a principal promotora

dos ideais de progresso e de modernidade, bem como com a finalidade de incutir, na sociedade urbana, além de conhecimento e cultura, modos e normas de civilidade.

As discussões sobre a necessidade de escolarização datam de 1892, de acordo com as Atas da Câmara Municipal, demonstrando a preocupação em se estabelecer normas para a criação de estabelecimentos de ensino na cidade. Conforme as Atas da Câmara, entre os dias 13 e 21 de abril de 1892, foram discutidos vários artigos relativos à questão educacional até que se chegasse a um consenso para a aprovação das leis que regeriam a instrução pública na cidade de Uberabinha. Assim, em 22 de abril de 1892, foi anunciada a aprovação das normas para a instrução pública dessa cidade.

E anunciou [o presidente da Câmara] a terceira discussão englobo do projecto de instrucção publica, não havendo quem pedisse a palavra foi o projecto votado e aprovado (...) O Snr. Vereador Lellis França, leu e mandou a meza uma proposta, criando uma aula noturna do sexo masculino nesta Cidade, regida pelo professor municipal Cidadão Eduardo José Bernardes qual foi apoiada... O Snr. Vereador Carmiro, leu e mandou a meza uma indicação mostrando a conviniencia da adopção de um regulamento escollar para o município. (...) Endico que esta câmara eleija uma comissão de tres membros, para confencionar o regulamento escolar que deve reger o incino publico no município... (Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. Leis, Decretos, Regulamentos. Uberabinha, 1892, Livro1 – Arquivo Público Municipal).

As outras leis que se seguiram também versavam sobre a educação, sendo elas a Lei no. 2, aprovada em 16 de junho de 1892 “Dispõe sobre o regulamento escolar”, Lei no. 3, “Dispõe sobre as aulas noturnas” e Lei no. 4 “Dispõe sobre a divisão das zonas literárias dos distritos da cidade de Uberabinha” (Câmara Municipal de São Pedro de Uberabinha. Leis, Decretos, Regulamentos. Uberabinha, 1892, Livro1 – Arquivo Público Municipal). Apesar da aprovação das normas acima listadas, priorizando questões ligadas ao ensino, a situação não era nada favorável até os idos de 1907, conforme ilustra o seguinte artigo,

Affirmação, cathgorica, isto que aqui fica dito está nitidamente comprovado pelo modo como é ministrada a instrucção estadual e municipal em Uberabinha. Funcionando em prédios que não têm o menor requisito para estabelecimento de educação, as nossas escolas publicas resetem-se de tudo. Falta-lhes mobiliario, hygiene, material, enfim, tudo porque o ensino está completamente desorganizado. A escola do sexo masculino foi suspensa por motivos frivolos, sem que o governo procedesse previamente a mais livre syndicancia (O Progresso, 24/11/1907, p.1)

O artigo veiculado pelo Jornal O Progresso aponta que o ensino na cidade carecia de maiores investimentos financeiros e de organização, pois faltavam recursos necessários para a manutenção e funcionamento desses estabelecimentos de ensino. No quadro apresentado a seguir é possível verificar as primeiras escolas instaladas na então cidade de Uberabinha.

Quadro 1 - As primeiras escolas criadas em Uberabinha/Uberlândia.

Instituição	Primeiros Dirigentes	Início/Encerramento
Escola Provincial Pública	Antonio M. Ferreira Pinto Honorata C. Paiva Pinto	1860/sd
Colégio Uberabinhense	Jerônimo Teotônio de Morais	1897/sd
Externato Carvalho (ensino primário)	João Basílio de Carvalho	1902/sd
Externato Carvalho de Brito (ensino primário)	Professor Leôncio do Carmo Chaves Brito	1907/sd
Colégio Bandeirante	Professor José Felix Bandeira	1907/sd
Colégio Mineiro	José Avelino	1908/sd
Gymnásio Mineiro de Uberabinha (ensino secundário)	Antonio Luiz da Silveira	1912/1929 (instituição particular)
Colégio São José	Irmã Maria Marcelina	1913/sd
Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão	Honório Guimarães	1915/sd
Colégio Amor as Letras	Professor Jerônimo Arantes	1919/1933
Externato Violeta	Professora Violeta Guimarães	1918/1921
Instituto Fundamental	Professora Margarida de Oliveira Guimarães	1919/sd
Colégio Nossa Senhora da Conceição	Professora Alice Paes	1920/1927
Colégio Santa Rita de Cássia	Professora Clélia Alvim	1924/1927
Externato Expenser	Professora Iolanda Paes	1924/sd
Escola Normal (anexo do Gymnásio de Uberabinha)	Professor Antonio Luiz da Silveira	1924/sd
Associação Brasil Central de Educação (ABRACEC)		1924/1989
Liceu de Uberlândia (regime de internato e externato)	Dr. Mário de Magalhães Porto e Antonio Vieira Gonçalves	1928/sd
Gymnásio de Mineiro de Uberlândia (estadualizado pelo Decreto 8.958)	Dr. Mário de Magalhães Porto	1929/em funcionamento
Academia de Comércio de Uberlândia (anexo ao Liceu de Uberlândia)	Dr. Nelson Porto	1931/sd
Externato Santa Luzia	Nada consta	1932/sd
Grupo Escolar Minas Gerais (mais tarde denominado Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa)		1932/sd
Colégio Nossa Senhora, atual Colégio Ressurreição Nossa Senhora	(Missionárias da Ordem de Jesus Crucificado) Maria Villac e Dom Francisco de Campos Barreto	1932/em funcionamento
Externato Espírito Santo	Profa. Judí Vasconcelos	1934/sd
Externato Rio Branco	Profa. Odete de Oliveira Marquez	1934/sd
Externato Nossa Senhora Aparecida	Profa. Julieta Resende	1934/sd
Externato Nossa Senhora do Carmo	Profa. Corália Sales	1934/sd
Externato São Sebastião	Profa. Ana Cunha da Silva	1935/sd
Escola Uberlândia	Profa. Raulina Cota Pacheco	1936/1939
Externato Nossa Senhora de Lourdes	Prof. Geny Pires	1939/sd
Externato Sete de Setembro	Prof. Eliazar Avelino Braga	1939/sd
Externato Brasil	Prof. Claudemiro Guerra	1939/sd
Externato Santa Clara	Profa. Ada Castanheira	1939/sd
Externato Santa Inês	Profa. Mabel Pena	1939/sd

Fonte: TEIXEIRA, 1970

O quadro ilustra um período em que muitas escolas surgiram com a idéia de expandir conhecimento e cultura na sociedade uberabinhense. Tal fato foi decorrente de um novo período político que primava pela busca da escolarização. A esse respeito Souza (1998, p.27-8), enfatiza que

A escola pública emerge dos sentidos dessa relação intrínseca – é uma escola para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e consolidação do novo regime, é a escola da República para a República. Esse vínculo entre educação popular é o novo regime democrático exaltado pelos profissionais da educação.

Portanto, coube à sociedade civil, mais do que à iniciativa pública, inicialmente, alavancar a educação na cidade, pois a elite social e cultural de Uberabinha tinha conhecimento de que o desenvolvimento da cidade estava diretamente ligado à disseminação da instrução. Desse modo, o intuito de se investir em educação era justamente o de preparar os jovens que no futuro, pudessem ser responsáveis pelo desenvolvimento e progresso da atual cidade. Assim, a sociedade uberabinhense defendia a instalação de estabelecimentos destinados à instrução. O trecho abaixo veiculado pelo jornal O Progresso demonstra essa necessidade:

Levanta se no nosso meio a grande idéia do agrupamento das escolas locais. Os grupos escolares consoantes com o regulamento da instrução, organizado pelo illustre secretario do interior Dr. Carvalho Britto, estão destinados a produzir resultados compensadores de todos os sacrificios que se possam fazer com a sua instalação. O estado de São Paulo, que em materia de ensino leva a palma a todos os outros da união, há muito adoptou os grupos escolares em substituição as escolas isoladas e diariamente novos edificios se levantam destinados á criação de novos grupos, o que prova o bom resultado que se tem colhido neste estabelecimentos de ensino. Em Uberabinha onde existem para mais de quatrocentas creanças em idade escolar, é justo que se procure dar ao ensino a maior latitude possível, empregando o meio mais proveitoso, menos despendiso e que mais probabilidades de exito offereça. (Jornal “O Progresso”, Uberabinha, MG, Ano II, no. 57, 19/10/1908, p.1)

O texto acima demonstra a preocupação da sociedade em torno da instrução e deixa claro que não se deviam medir esforços para a construção de grupos escolares. Era preciso reverter a situação na qual se encontrava o ensino em Uberabinha, porque sem espaços adequados para prover o aprendizado e sem a organização necessária, a cidade estaria fora do projeto de desenvolvimento. Até final de 1910 e início de 1911, a cidade de Uberabinha ainda não possuía um espaço adequado para a instalação de um grupo escolar. Somente em julho de 1911 foi criado pelo Decreto no. 3.200, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, em conformidade com a Lei 439, de 28 de setembro de 1906 (Carvalho, 2002, p.62).

Em função das discussões que surgiram para definir o local a ser construído o prédio que abrigaria o grupo escolar, esse estabelecimento só iniciou suas atividades em 1915. O prédio do Grupo Escolar Julio Bueno Brandão, agora em espaço e local apropriados, representava o símbolo republicano, com sua arquitetura neoclássica se destacava de outras edificações e trazia ares de modernidade à cidade. A elite da cidade de Uberabinha,

assim como tantas outras cidades em busca da modernização, procurava livrar-se dos resquícios do mundo rural, as construções que naquele momento se erguiam, traziam uma nova visão do novo e do moderno.

Não é por acaso que a filosofia republicana de “ordem e progresso” toma conta da sociedade uberabinhense, e o otimismo pedagógico da nova república dá força ao movimento pela instrução na cidade. O artigo que segue reflete esse anseio pela educação formadora da futura nação,

Desenvolver a instrução, criando escolas em quantidades necessaria; fazer com que nenhuma creança fuja ao ensino, é construir, é levantar a nação, o estado. (Para o Futuro, A Tribuna, Uberabinha, MG, ano I, n^o23, 15/02/1920).

Portanto, acabar com resquícios do passado, modernizar, civilizar, impor uma cultura para a nova sociedade que agora nascia, era necessário para que os ideais progressistas fossem atingidos. Por isso, ampliar investimentos na área educacional era primordial, pois a função de civilizar e de educar ficaria a cargo da escola, instrumento propagador dos anseios republicanos.

3. O Ensino Secundário em Uberabinha, hoje Uberlândia.

O ensino secundário na cidade de Uberabinha, também começou a passos lentos. Segundo Teixeira (1970, p. 95), o primeiro estabelecimento de ensino secundário deu-se com a criação do Colégio Uberabinhense, em 1897, sendo dirigido pelo professor Jerônimo Teotônio de Moraes. Bernardelli (2008, p.91) destaca a fundação de algumas escolas de ensino secundário:

Quadro 2 - Instituições de Ensino Secundário de Uberabinha/Uberlândia (1897-1942).

Ano de Fundação:	Instituições
1897	Colégio Uberabinhense
1907	Colégio Bandeira
1908	Colégio São José
1912	Gymnásio de Uberabinha
1919	Colégio Amor às Letras
1922	Colégio Nossa Senhora da Conceição
1924	Escola Normal de Uberabinha (anexo do Gymnásio de Uberabinha)
1924	Colégio Brasil Central Escola Normal de Uberlândia
1928	Lyceu de Uberlândia
1929	Instituto Fundamental
1931	Academia de Comércio de Uberlândia
1932	Colégio e Escola Normal Nossa Senhora das Dores
1942	Gymnásio Osvaldo Cruz

Fonte: BERNADELLI, 2007.

A fundação de escolas de ensino secundário na cidade denota uma preocupação em dar continuidade aos estudos após o ensino primário, a fim de promover formação mais

completa, o que possivelmente levaria ao ensino de grau superior. Pouco se sabe sobre essas escolas, seu histórico, sua finalidade e porque deixaram de funcionar, pela falta de documentação ou mesmo de registros de memorialistas que pudessem oferecer indícios da sua importância no contexto da cidade naquele período. Sobre algumas escolas é possível encontrar alguns fragmentos a respeito de sua história. Abaixo, o Colégio Bandeira funcionava com ensino primário e secundário em regime de internato e externato.



Figura 12 - Colégio Bandeira, provavelmente, em 1910.
Fonte: Arquivo Público Mineiro (NCS177)

O *Gymnásio de Uberabinha*, criado em 1912, que tem sido foco de alguns trabalhos acadêmicos, objeto específico dessa pesquisa, possui vários documentos que ajudam pesquisadores a compreender o contexto educacional da cidade, será analisado em um tópico específico. No *Colégio Amor às Letras*, fundado em 1919, dirigido por Jerônimo Arantes, havia os cursos primário e secundário, funcionando em período diurno. O primeiro curso noturno começou a funcionar em 1924 e era gerido pelo poder público municipal, por isso, a denominação de *Escola Municipal de Uberabinha*. O curso noturno possuía apenas um professor polivalente que atendia a todas as séries (LIMA, 2004, p. 48).



Figura 13 - Colégio Amor às Letras, em 1919. Fonte: Lima, 2004, p. 52.

A *Escola Normal de Uberabinha*, segundo Teixeira (1970, p.96), foi instalada em 1924, em anexo ao *Gymnásio de Uberabinha*, tendo como diretor o Sr. Antonio Luiz da Silveira. Porém, em função das dificuldades encontradas para compra de materiais que seriam utilizadas na escola, somente em 1926, foi autorizado o funcionamento desse estabelecimento de ensino, conforme decisão da Câmara Municipal:

Projecto de Lei no. 1

Art. 1º. – Fica transferido para a Escola Normal desta cidade, mantida pelo *Gymnásio*

de Uberabinha, o auxílio creado pela Lei 321 de 29 de novembro de 1924, que será destinado à manutenção da Escola durante o corrente anno.

Art.2º. – Fica revogado o artigo 1º. Da Lei 321 acima referida, prevalecendo o parágrafo único do mesmo artigo.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 08 de julho de 1925

Adolpho Fonseca e Silva, Benjamin Monteiro, Joaquim Marques Povoá, Custódio da Costa Pereira, Odilon José Ferreira (Viera, p.371).

O Lyceu de Uberlândia foi fundado em 15 de janeiro de 1928, em regime de internato, semi internato e externato. Seus primeiros diretores foram Mario de Magalhães Porto e Antonio Vieira Gonçalves. Ministrava-se ensino primário, de acordo com a orientação do Estado de Minas Gerais e os cursos de admissão e secundário, de acordo com o programa do Colégio Pedro II (Bernardelli, 2007, p.128). A imprensa mais uma vez participa o crescimento educacional que se opera na cidade e dá notícia da abertura de mais um estabelecimento de ensino:

Esse estabelecimento de ensino recém fundado sob criteriosa direcção dos Drs. Vieira Gonçalves e Mario Porto, abrirá as suas aulas em 1º. de fevereiro próximo. Destinado a desempenhar em nosso meio um notável papel, sob o ponto de vista da educação de nossa juventude, o Lyceu de Uberabinha é bem um índice de nosso contínuo e ascendente desenvolvimento. De hoje 15 até 1º de fevereiro a matrícula se acha aberta, devendo os interessados se dirigirem para tal fim ou informações, à residência do Dr. Vieira Gonçalves, na Av. Affonso Pena. (Jornal A Tribuna, 15/01/1928)

O Liceu de Uberlândia, conforme Araújo (2002, p. 8),

Interpretativamente, o *Liceu de Uberlândia* se projeta como partícipe do ritmo de progresso da cidade de Uberlândia, colocando-se na esteira projetada pela elite local. Esta sempre enlevou a vida cidadina uberlandense, promovendo a emergência de um forte imaginário assentado na idéia de progresso, de civilização, de ilustração. Emergente num município que contava em 1928 com aproximadamente 30.000 habitantes, desenvolveu seu ciclo de vida encerrando suas atividades em 1973, quando a cidade contava com 125.000 habitantes aproximadamente.



Figura 14 - Alunos e professores do Lyceu de Uberlândia, em 1935. **Fonte:** Acervo João Quituba do CDHIS (JQ0033)

Em 1931, foi instalado, anexo ao Liceu, a Academia de Comércio de Uberlândia, sob a direção do Sr. Nelson Porto, irmão de Mario Porto. O Dr. Nelson Porto ficou na direção da Academia de Comercio por um ano, assumindo a direção Milton Porto. A Academia de Comercio possuía cursos de admissão, auxiliar de comércio, curso propedêutico, guarda livros e contador. Seus cursos eram noturnos e por isso mesmo possuía um grande número de alunos, por ser uma inovação em termos de ensino para a cidade naquela época (Bernardelli, 2007, p. 128).

A Associação Brasil Central de Educação e Cultura, conhecida na cidade como ABRACEC, foi criada em 1924, sob a denominação de *Gymnásio Brasil Central*, com cursos primário e normal. A partir de 1947, passou a oferecer, também, o equivalente ao ensino médio, passando então chamar-se *Colégio Brasil Central*. Em 1989, suas atividades são encerradas, e tem início, no mesmo ano, a criação das Faculdades de Comunicação Social e de Fisioterapia.

O Colégio Nossa Senhora das Lágrimas foi fundado na cidade de Uberlândia, em 11 de fevereiro de 1932, pela Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Missionárias vindas de Campinas tiveram como personagens principais a Madre Maria Villac, Dom Francisco de Campos Barreto e um grupo de moças que formaram a Associação das Missionárias de Jesus Crucificado (Ramos, 2002, p. 68). Durante cinco meses funcionou em uma casa, até que se transferisse para sede própria, onde, até hoje, mantém suas funções de ensino. Contou inicialmente com 50 alunas matriculadas. Era uma escola que recebia apenas meninas, pertencendo, inicialmente, à Diocese de Uberaba. Atualmente o colégio funciona com a designação de *Colégio Ressurreição Nossa Senhora*, pois, a antiga congregação das Irmãs de Jesus Crucificado, no ano de 2004, arrendou o prédio onde está instalado o colégio para a ordem das Irmãs da Ressurreição. A nova ordem, com sede na cidade de Catanduva, administra cerca de mais sete colégios, localizados no estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

A sociedade da época preocupada com avanço de idéias perigosas viu-se na obrigação de trazer uma escola confessional, a fim de rebater as idéias por demais liberais ou mesmo “comunistas” que circulavam na cidade. Segundo Ramos (2002, p.68), entre os objetivos que motivaram a instalação do colégio estava a necessidade de uma escola cristã, cuja filosofia de vida pudesse orientar os educandos nos caminhos da justiça e da verdade, e ainda, combater o perigo da infiltração comunista e da maçonaria. A partir da década de 1930, a concepção de educação feminina se transforma, e a mulher ganha mais espaço na escola, desenvolvendo atividades como música e artes. Por isso, as famílias bem situadas financeiramente davam grande importância ao Curso Normal, pois, à época, ter uma filha formada e profissional da educação era sinônimo de status (Ramos, 2002, p.71).

4. De *Gymnasio de Uberabinha* a *Colégio Estadual de Uberlândia*.

A história do antigo *Gymnasio de Uberabinha* tem suas origens embrionárias, segundo Dona Isolina Cupertino, a partir do primeiro curso secundário da cidade de Uberabinha, criado em 1897 sob a denominação de *Colégio Uberabinhense*, dirigido pelo professor Jerônimo Teotônio de Moraes e estava localizado na atual Praça Tubal Vilela.

Anos mais tarde, se uniu a outra escola fundando o Gymnasio de Uberabinha que era dirigido pelo Sr. Antonio Luiz da Silveira.



Figura 15 - Gymnásio de Uberabinha, Diretor Antonio Luiz da Silveira (o terceiro da esquerda para direita), s/ data. **Fonte:** Acervo Jerônimo Arantes do CDHIS/UFU.

Esse estabelecimento de ensino secundário funcionava no sistema de internato, semi-internato e externato. Desde seu nascimento, a escola já se intitulava como uma dos mais importantes estabelecimentos de ensino do país, como pode ser observado em anúncio publicado no jornal da cidade “O Gymnásio de Uberabinha recebe meninos e meninas, preparando-os para a vida em uma das melhores academias do paiz, que dispõe de um selecto corpo docente”. (A Notícia, 1918)

Desde a sua fundação, o “Gymnasio” passou várias denominações, dentre elas Gymnásio Mineiro de Uberabinha, quando foi doado ao Estado em 03/01/1929. Porém meses depois, em função da mudança de nome da cidade de Uberabinha para Uberlândia, o ginásio recebe outra designação: Gymnásio Mineiro de Uberlândia. Em março de 1944, pelo Decreto 14.962, sancionado pelo Presidente da República, nos termos da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto Lei 4.245/42), o ginásio passou a funcionar sob a denominação de Colégio Estadual de Uberlândia, instituindo o curso secundário em dois ciclos: o curso ginásial reduzido para quatro anos e o curso colegial de três anos. Por fim, em 1968, recebeu a designação que conserva até os dias de hoje, Escola Estadual de Uberlândia, em função da Portaria 385 de 26/10/1968 (Borges, 2002, p. 123).

O Gymnásio de Uberabinha funcionou como instituição privada até 1928, quando, o então Senador Camilo Chaves tentou uma autorização junto com ao Presidente do Estado, Antonio Carlos de Andrada, com a finalidade de regulamentação da existência da Escola Normal oficial em Uberabinha. Porém, em função de uma antiga rivalidade com a cidade vizinha, Uberaba, por meio da interferência dos representantes de Uberaba que integravam o parlamento, houve um protesto, conseguindo-se alterar o decreto presidencial, autorizando a criação da Escola Normal para Uberaba.

Em função desse desentendimento e por sugestão do próprio Presidente que, a partir de um esforço de conciliação política, no qual houve o empenho do Senador Camilo Chaves, foi criado, por meio do Decreto nº 8.958 de 3 de Janeiro de 1929, um estabelecimento de instrução secundária oficial, que deveria estar de acordo com o programa do internato do Gymnásio Mineiro de Barbacena, conforme se pode verificar no texto abaixo o referido decreto:

Cria o Gymnásio Mineiro de Uberabinha.

O Presidente do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o art.

57 da constituição e dando execução a lei 1.052, de 25 de setembro de 1928 resolve: Art. único - Fica criado na cidade de Uberabinha, um estabelecimento de instrução secundária, organizado nos moldes e de acordo com o programa do Internato do Gymnásio Mineiro de Barbacena.

1º - A matrícula do novo Gymnásio, verificar-se-á no período de 10 de abril, como dispõe o regulamento em vigor.

2º - Fica o Secretario do Interior autorizado a contratar os respectivos professores e aprovar sobre o seu funcionamento, podendo expedir instruções que se tornem necessárias.

Belo Horizonte, 3 de janeiro de 1929,

Antonio Carlos Ribeiro de Andrade. (Efemérides e Leis Memoráveis da História de Uberlândia (1810/1949) – Arquivo Público Municipal

Nos registros hoje existentes no arquivo da escola com data do ano de 1930, o corpo docente do Gymnásio era composto pelos seguintes professores: João Martins Coelho (Latim), Luiz Gonzaga Cardoso Rangel (Português); José Felinto (Inglês), Antonio Lobo Leite Pereira (Francês), Guenther Brune (Alemão), Antonio Vieira Gonçalves (Aritmética, Álgebra e Trigonometria), Vitorino Semola (Desenho), Luiz Rocha e Silva (Matemática), Leônidas Padua de Mello e Sousa (Filosofia) e José Andrade Santos (Cosmografia). (Fonte: Acervo da escola – Livro de Ata de Reuniões de 30/12/1930)

Em 1930, em função da Revolução de 30, o edifício do antigo Gymnásio foi utilizado como quartel general das Forças Armadas Revolucionárias do Triângulo, tendo como comandantes o Senador Camilo Chaves e Capitão do 5º Batalhão da Força Pública de Minas Gerais, o Sr. José Persilva.

As convocações eram feitas por Edital, publicados no jornal intitulado “Diário da Revolução” que circulava apenas na cidade de Uberlândia e trazia notícias políticas e acontecimentos importantes ligados ao nome de Getúlio Vargas. Esse jornal era um

importante órgão de divulgação de notícias sobre a Revolução e era administrado pelos professores do Gymnásio, Eurico Silva, José Aparecido Teixeira, Nelson Cupertino e Nelson Porto. A sede do jornal era no próprio Gymnásio que também possuía uma estação de rádio e de telegrafia.



Figura 16 - Primeira página do “O Diário da Revolução”, de 09/10/1930. Fonte: Acervo particular de Dona Isolina Cupertino.

As atividades acadêmicas nesse período foram suspensas, retornando a sua normalidade no ano seguinte. O antigo *Gymnásio* sempre foi considerado um exemplo de bom ensino, pelo compromisso de seus professores e diretores no intuito de elevar o nome da cidade. A imprensa como sempre, dava destaque aos assuntos ligados à educação, enfatizando a importância dos estabelecimentos de ensino. Nessa direção, o jornal “O Estado de Goyaz”, que circulou em 03/03/1940, trazia em sua primeira página o seguinte artigo:

As provas de habilitação, que se processam na Escola de Engenharia de Bello Horizonte, são tradicionalmente conhecidos pelo rigor de selecção que as caracteriza. Por bem, entre os 47 candidatos que no corrente anno apresentaram-se, 14 foram reprovados, obtendo aprovação unicamente 33 alunos. Entre estes, figura o ex-alumno do *Gymnasio Mineiro* de Uberlândia, Roberto Carneiro, que obteve elevada nota, sendo classificado em 1º. Lugar entre os demais concorrentes. Registramos este facto com ufania, pois foi significativa demonstração da eficiencia do ensino no nosso educandário official, que na capital mineira destacou-se um de seus distintos.

O jornal “O Correio”, de 29/03/48, deu a seguinte nota:

O Colégio Estadual de Uberlândia é uma grande casa de ensino. Dali tem saído muitos dos que hoje exercem funções proeminentes no município e outros que honram a cidade em terras outras. (...) Aqui, muitos existem médicos, dentistas, comerciantes, industriais, cujas bases culturais se adquiriram no velho colégio da Praça Pedro II.

5. O espaço destinado ao *Gymnásio Mineiro* de Uberlândia

Antes do advento da Segunda República, os estabelecimentos de ensino particular funcionavam em residências com espaço inadequado, uma vez que eram locais improvisados para serem utilizados como escola. Esse era o caso do *Gymnásio* de Uberabinha que, em função da precariedade do local da escola, bem como o aumento do número de alunos, contou com a percepção de seus dirigentes sobre a necessidade da criação de uma nova sede para o *Gymnásio*, com espaço adequado para manter e receber novos alunos.



Figura 17 - *Gymnásio* de Uberabinha, em 1919. Praça da República, hoje Tubal Vilela. Reitor Antônio Silveira. **Fonte:** Acervo João Quituba do CDHIS/UFU (JQ807).

Desse modo, os detentores do poder político e econômico da cidade, organizaram-se para tentar criar um novo estabelecimento de ensino, fundando uma sociedade, conhecida como “Sociedade Progresso de Uberabinha”, considerada o primeiro movimento cívico da cidade em prol da coletividade, que tinha como meta a instalação de uma escola de nível secundário (MENDES, 2000, p.38).

A associação, fundada em 1919, ficava então responsável pela construção de um “prédio imponente, majestoso e bem aparelhado” (Pezzuti, p. 39). Uma comissão provisória, encabeçada por Custódio da Costa Pereira que era comerciante e, mais tarde, vereador eleito, entre 1915 e 1922, foi o idealizador da Sociedade Progresso de Uberabinha, com o objetivo de construir uma sede própria para abrigar o “Gymnasio”. Junto a ele, outros nomes significativos da sociedade da época também participaram dessa comissão, cabendo citar alguns: José Theóphilo Carneiro (fazendeiro e comerciante), Antonio Resende Costa (comerciante), José Carneiro (fazendeiro), Carlos de Oliveira Marques (sócio da Livraria Kosmos), Alexandre Marques (comerciante, foi vereador em dois mandatos 1904 e 1908, além de agente executivo de Uberabinha, de 1908 a 1911).

Ao todo eram 97 associados que tinham, naquele primeiro momento, a missão de adquirir um terreno para construção do prédio que abrigaria o ensino secundário. Mendes (2000, p. 50) destaca que os associados, em sua grande maioria, possuíam apenas o ensino primário, apesar de serem fazendeiros ou homens de negócios. Porém, eram homens experientes, vividos e, sobretudo, idealistas, por vislumbrarem a educação como uma forma não só de instruir como também prover crescimento e progresso para a cidade e para seus filhos. Cada associado contribuiria com uma parte, conforme sua vontade e suas posses, assim conseguiram arrecadar cem contos de réis, exigência mínima estimada pelo orçamento de uma planta arquitetônica feita por um técnico chamado S. Schate, em São Paulo, tendo sido concedida à obra para Hermenegildo Ribas que era um construtor local (MENDES, 2000, p.39). Iniciaram a obra em 24/09/1919, com conclusão em 1921, graças a um empréstimo contraído no Banco de Crédito Real que foi autorizada pelo Conselho da Sociedade.

Assim foi edificado o prédio destinado ao ensino secundário, idealizado por uma sociedade preocupada com o futuro e o progresso da cidade. A área total do terreno onde foi edificado o prédio era de “4.030 m²”, sendo a área ocupada pelo edifício 935 m², a área coberta para recreio era de 209 m² e a área livre de edificação 2.886 m², área destinada ao internato 105 m², a área de iluminação 42,84 m², possuindo 60 camas, 120 armários individuais, 11 instalações sanitárias e 3 mictórios (MENDES, 2000, p. 62). O prédio, concluído em 1921, possuía dois andares, cinco salas de aula, um hall de entrada, uma diretoria, uma biblioteca, um teatro, uma sala para dissecações, uma sala de projeção, um museu de história natural e um laboratório com capacidade para vinte alunos. A localização do edifício era em local estratégico, pois era em um terreno central, de modo que era possível vê-lo de qualquer ângulo, pois não havia outras construções em seu entorno. A Escola Estadual de Uberlândia teve seu prédio tombado como Patrimônio Histórico Municipal, em 2005, por meio da Lei n° 9.904 de 13/06/2005 (UBERLÂNDIA, 2007b). Segundo está descrito no documento “Inventário de Proteção do Acervo Cultural – Minas Gerais – Brasil – (UBERLÂNDIA, 2007a) o prédio é excelente exemplar de uma arquitetura institucional de tipo eclética, com forte presença de estilemas neoclássicos.



Figura 18 – Detalhe da vista da fachada do Gymnásio Mineiro de Uberlândia, em 1930. **Fonte:** Acervo João Quituba do CDHIS/UFU (JQ0419).

A fachada principal da escola está voltada para a praça, possuindo dois pavimentos, com porão alto. Nela é possível visualizar a “porta central com verga de arco pleno encimada por duas janelas no nível do segundo pavimento, também com verga em arco pleno que se abre para um pequeno balcão. Possui duas aberturas centrais, com seis janelas de cada lado, com vergas de arco batido, distribuídas em dois panos marcados por pilastras adoçadas” (UBERLÂNDIA, 2007a). A fachada da escola é “[...] arrematada por ático contínuo, com acrotérios correspondentes aos cunhais e às pilastras adoçadas, ao centro existe um frontão de perfil recortado, sendo que na parte superior ostenta a Estrela da República e logo abaixo o ano de inauguração do edifício (1921)”. A planta da escola, por seu turno, “[...] apresenta-se com uma fachada frontal, dividida em três pavilhões iguais que estão dispostos paralelamente, formando um “E” deitado. Sua construção emprega estrutura autoportante de tijolos maciços e alicerces de pedra (UBERLÂNDIA, 2007a).



Figura 19 - Levantamento métrico-arquitetônico s/ escala da planta do 1º e do 2º pavimento do Gymnásio Mineiro, em 1930. **Fonte:** UBERLÂNDIA, 2007a.

Com o passar dos anos, o prédio sofreu algumas reformas, de maior e de menor porte, sem, com isso, alterar sua estrutura original. Em 1942, sob a administração do Sr. Osvaldo Vieira Gonçalves, foram construídos uma quadra iluminada para a prática de basquete no período noturno, um galpão com palco, onde aconteciam os bailes, as peças de teatro e pequenas apresentações musicais. Todo o pátio da escola foi calçado, recebeu pintura e reparos gerais.

Somente em 1973, o prédio recebeu uma grande reforma por meio da ação da CARPE - Comissão de Construção, Ampliação e Reconstrução de Prédios Escolares do Estado, vinculada ao governo de Minas Gerais. Nessa reforma, foi trocado o assoalho de madeira que foi substituído por um de cerâmica e a escada que dá acesso do primeiro ao segundo pavimento que era de madeira foi substituída por uma de concreto. Foi construída no ano de 1974 uma quadra poliesportiva coberta por estrutura metálica. Em 1980, a escola recebeu várias intervenções de pintura geral, a portaria recebeu grades de proteção, o patamar de acesso à porta lateral esquerda do prédio foi fechado com alvenaria para a instalação de uma copiadora, colocação de grades nas janelas da fachada frontal do primeiro pavimento e foram construídas salas para laboratório em 1981. Em 1992, o prédio recebeu nova pintura, bem como, ao longo dos anos, alguns anexos foram construídos no terreno dos fundos, como a cozinha, a casa do zelador e uma marcenaria. Em 2006, a escola foi contemplada pelo projeto “Escola Referência” do governo estadual mineiro e, com isso, passou por um grande processo de restauração.



Figura 20 - Fachada da Escola Estadual Uberlândia, em 2007. **Fonte:** Fotografia de Giseli Cristina do Vale Gatti (2007).

Considerações finais

Nesse texto foi possível perceber que o processo de modernização da cidade e da região foi muito beneficiado pela forma como foram se estabelecendo os eixos de circulação ferroviário e rodoviário no país, com conseqüente incremento da atividade comercial, bem como por intenso processo de urbanização, que transbordou para a necessidade de disponibilizar formas de escolarização para a população.

Assim, dado que as iniciativas estatais no campo da escolarização não se fizeram presentes na velocidade requerida pela população, iniciativas da sociedade civil proliferaram, ocupando espaço relevante, seja na escolarização em nível elementar, como, também em nível secundário. No que tange ao ensino secundário, por sinal, a iniciativa

privada teve centralidade na cidade, não só pela existência do *Gymnásio Mineiro de Uberabinha*, desde 1912, mas também pelo surgimento de outras instituições, tanto da sociedade civil quanto de iniciativa religiosa, como foi o caso do *Colégio Nossa Senhora das Lágrimas*, criado em 1932.

Sinal da importância que o processo de escolarização em nível secundário ganhou em termos locais pode ser visto no empreendimento vultoso de comerciantes e profissionais liberais da cidade em torno da edificação do prédio monumental à época para abrigar o *Gymnásio de Uberabinha*. Isso denota, sem dúvida, a centralidade que aquela sociedade dava às atividades que se realizavam no ensino secundário, como base para estudos posteriores e formação de uma mentalidade adequada aos novos tempos.

Referências

ARANTES, Jerônimo (1938). *Corografia do Município de Uberlândia*. Uberlândia, Editora da Pavan.

ARAÚJO, Jose Carlos Souza (2002). História Institucional de Liceu de Uberlândia (1928-1973) e sua projeção local e regional, p.8. Disponível em www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0797.pdf (Acessado em 10/10/2008).

ARAÚJO, José Carlos Souza e GATTI JR., Décio (2002). *Novos temas da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas/SP, Autores Associados; Uberlândia/MG EDUFU.

BENCOSTA, Marcus Levy (2005). *História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar*. SP. Editora Cortez.

BERNARDELLI, Kellen Cristina Costa Alves (2007). *História e Memória do Liceu de Uberlândia – MG (1928-1942)*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia.

BORGES, Vera Lúcia Abrão (2002). *Modernização e Democratização no Brasil: o caso da Escola Estadual de Uberlândia*. Cadernos de História da Educação Uberlândia, UFU, v.1, no. 1, pp.121-126.

BRASIL (1942). *Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário In: Ensino Secundário no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

BRASIL, Anuário Estatístico do Brasil (1956). Rio de Janeiro: IBGE, v. 17, *O Brasil em Números*. Disponível em www.ibge.gov.br/seculoxx/temas.shtm# (Acessado em 14/09/2009).

BRASIL. Constituição de 1891. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm (Acessado em 13/09/2009).

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de Setembro de 1946). Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao046.htm (Acessado em 15/09/2009).

BRASIL. Decreto N.19.890 – De 18 de Abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino secundário. Disponível em www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm (Acessado em 14/09/2008).

BRASIL. Decreto-Lei N. 4.244 – De 09 de Abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm (Acessado em 14/10/2009).

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida (2002). Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas (1893-1971). São Carlos: Brasília: EDUFSCar, INEP.

CAMPOS, Francisco (1933). Exposição de Motivos. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Organização do Ensino Secundário. Porto Alegre: Livraria Globo, p. 5-10.

CAPRI, Roberto (1916). Município de Uberabinha: physico, econômico, administrativo e suas riquezas naturais e agrícolas. São Paulo: Capri - Andrade SC. Editores.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira (2002). A configuração do Grupo Escolar Julio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha 1911-1929). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia.

CASTRO, Elizabeth Amorim (2009). A Arquitetura dos grupos escolares do Paraná na 1ª. República. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, no. 224, p.122-148.

DANTAS, Sandra Mara (2009). A Fabricação do Urbano – Civilidade, Modernidade e Progresso em Uberabinha/MG (1888-1929). Tese de Doutorado. Franca/SP Universidade Estadual Julio Mesquita Filho (UNESP). Disponível em www.dominiopublico.gov.br. (Acessado em 10/01/2009).

FARIA FILHO, Luciano (2002). Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. e MACEDO, E. (orgs.) *Disciplinas e Integração Curricular: História e Políticas*. Rio de Janeiro, DP&A.

GATTI JR., Décio e outros. (1997). História e Memória Educacional: gênese e consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. *Revista História da Educação*. ASPHE/FAE/UFPel. Pelotas/RS. (2): 5 - 28. Set. 1997.

GATTI, Giseli Cristina do Vale (2001). A Escola Estadual de Uberlândia: histórico e representações sociais. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, Ed. UFMT, v. 10, no. 17, 2001, pp. 141 a 151.

GATTI, Giseli Cristina do Vale (2001). *História e Representações Sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950)*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia.

GATTI, Giseli Cristina do Vale e INÁCIO FILHO, Geraldo (2004). História das Representações Sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950). *Revista Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. no. 18, pp.69-104.

GATTI, Giseli Cristina do Vale e MENDES, Viviane Santana (1996). Reconstruindo a Memória Educacional Uberlandense: A Escola Estadual de Uberlândia. *Boletim CDHIS* (Centro de Documentação e Pesquisa em História), Uberlândia, 9(17): 4-5.

HORIZONTES. Órgão Oficial dos Alunos do Colégio Estadual. (1950). Uberlândia/MG: Colégio Estadual de Uberlândia. v.1, n. 5. nov. 1950.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes (2004). Memória de Si, História dos Outros. Tese de Doutorado. Campinas/SP. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em www.libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000324167 (Acessado em 15/02/2009).

MAGALHÃES, Justino Pereira de (2004). Tecendo Nexos: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP Editora Universitária São Francisco. 178p.

MENDES, Viviane Santana (2000). *História e Memória Educacional: a Escola Estadual de Uberlândia (1912-1929)*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PEZZUTI, Cônego Pedro (1922). Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia, Uberabinha/MG: Livraria Kosmos.

RAMOS, Lucélia Carlos (2002). A atuação da igreja católica na educação uberlandense: o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. *Cadernos de História da Educação*, v.1, n.1, jan/dez.

SILVA, Luiz Antonio Rocha e. História da Construção do Prédio do Colégio Estadual de Uberlândia (Museu) feita pela “Sociedade Para O Progresso de Uberabinha”. *Boletim do CDHIS*, Uberlândia, 12(25):10 a 13, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima (1998). *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo: UNESP.

TEIXEIRA, Tito (1970). *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia, Uberlândia Gráfica.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal (2007a) Inventário de Proteção do Acervo Cultural (Minas Gerais - Brasil) Disponível em: <http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/jornal/Bens%20tombados.PDF>. Acessado em 12 de setembro de 2007.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal (2007b). Bens Tombados - Identificação e História. Disponível em: http://www3.uberlandia.mg.gov.br/cidade_patrimonio.php?id=620. Acessado em 12 de setembro de 2007.

VEIGA, Cynthia Greive (1997). Projetos Urbanos e Projetos Escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n.º. 26. dez. 1997, p. 103-14.

VINÃO FRAGO, Antonio (1995). Historia de la Educación e Historia Cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*. n.º. 00. Set/Out/Nov/Dez. p. 63-82.

Depoimento

Sra. Isolina Cupertino – Depoimentos colhidos por Giseli C. V. Gatti, em 2000 e em 2008.

Jornais de época

A Tribuna – 15/01/1928

A Tribuna n. 9 – 1919

A Tribuna n.23 – 15/02/1920

O Correio – 29/03/1948

O Estado de Goyaz – 03/03/1940

O Progresso – 19/10/1908

O Progresso – 1907 – p.1

O Progresso – 24/11/1907

Triângulo Mineiro – 1926 p.1

Recebido em agosto de 2010
Aprovado em outubro de 2010